



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE RIO BRILHANTE

Conforme Lei Municipal

Quarta-feira, 26 de novembro de 2025

Ano II | Edição nº 449

Página 67 de 68

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

Atos Oficiais

Portarias



Instituto de Previdência Social dos Funcionários Municipais de Rio Brilhante “ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”

PORTARIA-BENEFÍCIO Nº 051/2025 - PREVBRLHANTE

CONCEDE PENSÃO POR MORTE pela regra do art. 40 § 7º, I, da Constituição Federal e art. 54, I, da Lei Municipal nº 1.167/2000 alterações a **CRISTINA CERVIN JUÁ** e dá outras providências, considerando o Parecer Jurídico exarado pela ACONPREV Consultoria Administrativa e Previdenciária Ltda – ME e o parecer favorável exarado pelo Diretor Secretário e de Benefícios do PrevlBrilhante e demais documentos.

Considerando que o Município de Rio Brilhante/MS não realizou as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 na legislação de previdência de seus servidores, aplica-se as normas constitucionais anteriores a sua vigência, conforme prevê o disposto no art. 23 § 8º, da Emenda Constitucional nº 103/2019.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE RIO BRILHANTE - PREVBRLHANTE, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 1.167/2000 e alterações e Decreto nº 7.296/2001.

RESOLVE

Art. 1º Conceder pensão por morte em favor de **CRISTINA CERVIN JUÁ** (cônjuge) em razão do falecimento do servidor aposentado do PrevlBrilhante, pertencente ao Grupo Massa Segregada, Sr. Francisco Paná Juá (in memoriam), ocorrido em 15/10/2025, em conformidade com o art. 40 § 7º, I, da Constituição Federal e art. 54, I da Lei Municipal nº 1.167/2000 e alterações.

§ 1º Os proventos deste benefício consistirão na totalidade dos proventos do servidor falecido na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, constante da Apostila de Proventos (matrícula nº 1547), com reajuste anual na forma do art. 40, § 8º, da Constituição Federal, não podendo ser inferior ao salário mínimo nacional e será vitalício salvo se a beneficiária incorrer em algumas das causas previstas no art. 8º, II e V, “a” da Lei Municipal nº 1.167/2000 e alterações.

§ 2º O benefício será devido a partir da data do óbito do segurado, conforme art. 54, § 2º, I, da Lei nº. 1.167/2000 e alterações, sendo a data do óbito dia **15.10.2025**.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor retroativamente a **01 de novembro de 2025**.

Rio Brilhante – MS, 24 de novembro de 2025.

Evone Bezerra Alves
Diretora Presidente
Decreto nº 33.407, de 01/01/2025